
Novo programa social vai substituir Bolsa Família

O ministro Paulo Guedes (Economia) prepara programa de transferência de renda para combater a crise pós-pandemia. O Renda Brasil substituirá o Bolsa Família. A base de trabalhadores informais do auxílio emergencial será usada ainda para outro projeto de longo prazo, a Carteira Verde-Amarela. **PÁGINA 17**

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PROGRAMA ÚNICO

Governo quer unificar benefícios sociais e criar Renda Brasil

MARCELLO CORRÊA
E CÁSSIA ALMEIDA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

Depois de estender por dois meses o pagamento do auxílio emergencial, o governo prepara estratégia para reduzir efeitos da crise sobre a população vulnerável no pós-pandemia. O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem que sua equipe trabalha na unificação de benefícios sociais que criará um novo programa, batizado de Renda Brasil. O objetivo é substituir o Bolsa Família.

Nos bastidores, técnicos afirmam que a ideia é aproveitar melhor recursos já usados nas diversas formas de transferência de renda. É possível que benefícios hoje em vigor sejam revistos para abrir espaço para o novo arcabouço de proteção

social. Os detalhes ainda estão sendo formulados.

Guedes já havia defendido o projeto em reunião com parlamentares na noite de segunda-feira. Mas ontem falou pela primeira vez em público sobre a medida, durante a reunião ministerial convocada pelo presidente Jair Bolsonaro:

— Por dois meses, vamos estender o auxílio emergencial. Estávamos num nível de emergência total, a R\$ 600. Vamos começar agora uma aterrissagem, com unificação de vários programas sociais e o lançamento de um Renda Brasil, que o presidente vai lançar.

Técnicos do Ministério da Economia defendem o remanejamento de recursos de programas considerados pouco focalizados que acabam indo para pessoas de renda maior.

Um dos alvos é o abono salarial. Desde o início do governo, Guedes mira o programa, considerado ineficiente. Hoje, o benefício, de um salário mínimo (R\$ 1.045), é voltado para quem ganha até dois pisos (R\$ 2.090), mas acaba sendo recebido também por jovens de classe média em início de carreira. A reformulação do abono foi incluída na proposta de reforma da Previdência, mas

foi rejeitada pelo Congresso.

A experiência de cadastrar os que não estavam registrados em programas sociais, com o auxílio emergencial, elevou o debate sobre novo patamar da política social.

Na reunião, Guedes destacou que o objetivo é trabalhar o banco de dados do auxílio emergencial para facilitar a execução do novo programa. A base de informais também será aproveitada para outro projeto de longo prazo: a Carteira Verde-Amarela, que reduz encargos trabalhistas:

— Aprendemos durante essa crise que havia 38 mi-

lhões de brasileiros invisíveis, que merecem ser incluídos no mercado de trabalho. Vamos lançar um programa Verde-Amarelo, que o presidente, durante a campanha, já tinha dito: há regimes que têm muitos direitos e poucos empregos, e há 40 milhões de brasileiros andando pelas ruas sem carteira assinada. Só que agora sabemos quem eles são. Digitalizamos e temos o endereço de cada um. Vamos formalizar esse pessoal todo, porque são brasileiros como todo mundo e eram invisíveis. Vamos lançar isso daqui a pouco.

Programas de transferência de renda não têm se mostrado instrumento do governo na área social, dizem especialistas. O atual discurso difere do adotado na campanha. Além disso, ressaltam analistas, há o teto de gastos, dificultando expansão maior dos programas sociais no ano que vem, quando o estado de calamidade pública não estiver mais em vigor.

MUDANÇA DE POLÍTICA

Segundo o pesquisador do IDados Bruno Ottoni, a ideia do Renda Brasil vai de encontro ao que governo fa-

lava, tanto na campanha eleitoral como após a vitória, e difere das políticas que vinham sendo propostas, inclusive de ajuste fiscal.

— Eram outras dimensões da política: Carteira Verde-Amarela, reforma tributária, privatizações — diz o especialista, lembrando que o governo não mostra “apreço pelo Bolsa Família”. — Apesar de ter criado o décimo terceiro salário, outras políticas andaram em outro sentido. Deixou acumular fila, que ficou muitos anos zerada. Não reajustou o valor da transferência nem a linha para entrada no programa.

Marcelo Neri, diretor do FGV Social, também teme que mudanças no Bolsa Família causem retrocesso para o programa que funciona bem.

Daniel Duque, da FGV, acha positivo unir programas sem subir muito o gasto fiscal e sugere unir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao Bolsa Família. Ele diz que a proposta do governo também ajudará a diminuir a rejeição que virá com a redução e o fim do auxílio emergencial.

— O governo não vai ter capacidade fiscal de manter as transferências no mesmo volume do auxílio. É um programa caro, mas, quando mudar, vai haver choque de renda nas famílias, o que tende a gerar alguma rejeição ao governo.



Nova estratégia social. Na 34ª reunião do Conselho de governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, falou do lançamento do programa Renda Brasil